

# A realização do sujeito pela elite paulistana do início do séc. XX

(The realization of subject by the São Paulo elite  
in the beginning of the twentieth century)

Hélcio Batista Pereira<sup>1</sup>

<sup>1</sup> FFLCH/USP; Universidade Paulista – Unip

helcius@usp.br

**Abstract:** This paper analyses the trajectory of empty subjects and overt subjects in the standard language of the São Paulo elite from the late twentieth century to 1930s, when that city received a large influx of immigrants, who were speakers of languages characterized by the use of null subject. The analysis of the linguistic corpora led us to conclude that the elite, despite making more use of empty subject, was already boosting the use of overt subjects, a phenomenon well advanced in the caipira dialect. This behavior is explained by structural factors internal to language, and also expressed, from the social-historical standpoint, a clear choice of a linguistic form, which was opposed to the standard language of immigrants, as established by the *habitus* of the elite.

**Keywords:** null subject parameter; social history of language; linguistic standard language of the São Paulo elite; linguistic *habitus*; Pierre Bourdieu.

**Resumo:** O presente trabalho analisa a trajetória dos sujeitos vazios e expressos na norma linguística efetivamente utilizada pela elite paulistana, em fins do século XIX até a década de 1930, quando São Paulo recebeu grande afluxo de imigrantes usuários de “línguas de sujeito nulo”. A análise de *corpora* linguísticos nos levou a concluir que a elite, apesar de fazer um maior uso do sujeito vazio, já incrementava o uso dos expressos, fenômeno já bem avançado no dialeto caipira. Tal comportamento é explicado por fatores estruturais internos à língua, e também expressa, do ponto de vista histórico-social, uma clara opção por uma forma linguística que se opunha à norma dos imigrantes, tal qual previsto no *habitus* da elite.

**Palavras-Chaves:** parâmetro do sujeito nulo, História Social da linguagem; dialeto da elite paulistana, *habitus* linguístico; Pierre Bourdieu.

## Introdução

Muitos estudos já foram realizados sobre a realização do sujeito nulo no Português Brasileiro (doravante PB). Este trabalho dialoga com tais trabalhos, mas busca um tratamento que vai além da análise linguística em perspectiva histórica. Procuraremos avaliar o tema em termos de História Social da Língua. Nesse modelo, é necessário trazer para o interior do modelo de análise os aspectos sócio-históricos, utilizado para interpretar os resultados linguísticos com os quais dialoga.

O desafio aqui é contribuir para que o objeto seja lido em uma perspectiva que não se limite aos campos tradicionalmente identificados como da Linguística e da Sociolinguística, mas seja também iluminado pelos instrumentos da História e da Sociologia.

Como veremos adiante, teremos que buscar um arcabouço teórico apropriado a tal procedimento. Partindo da tradição que herdamos – a chamada sociolinguística paramétrica, cuja formulação se deu a partir de Tarallo e Kato (2007), nos apoiaremos na teoria sociológica de Pierre Bourdieu, obtendo um apoio teórico adequado para nosso programa de

pesquisa. Não se trata aqui de negar ou refutar a tradição que herdamos, mas de adequá-la para o objeto de pesquisa que pretendemos analisar.

### **A realização do sujeito nulo como objeto de estudo da História Social do Português de São Paulo**

Vários estudos sobre a realização do sujeito pronominal no PB evidenciaram um processo de mudança na distribuição de nulos e plenos, o qual foi marcado pela ampliação do uso da forma expressa sobre a oculta. A leitura de dois dos mais importantes estudos sobre o tema em perspectiva diacrônica localiza o século XX como o período em que o fenômeno teria se desenvolvido. Assim, analisando *corpora* de cartas, diário e peças, Tarallo (1985) constatou que a produtividade dos plenos teria subido de 32%, em 1880, para 79%, na década de 1980. Já Duarte (1996),<sup>1</sup> que trabalhou com peças teatrais brasileiras, constatou que a forma nula respondia em 1918 por algo em torno de 70% das ocorrências; atingiu 50% em 1937; chegou a 30% nos materiais de 1975 e, finalmente, reduziu-se a apenas 25%, nos textos analisados da década de 1990.

Se considerarmos os dados encontrados principalmente por este último estudo, chegaremos à conclusão de que foi mais exatamente nas primeiras décadas do século passado que a realização do sujeito com pronomes expressos ganha relevância, quebrando a hegemonia da forma oculta, que marca as línguas chamadas de línguas de sujeito nulo. Partindo dessa constatação procuramos investigar a questão sob o ponto de vista do dialeto das elites de origem nacional que se transferiram para São Paulo a partir da década de 1880 até a década de 1930, advindos principalmente do interior do Estado.

Muito nos interessou saber como o fenômeno se desenvolveu para essa camada da população que fixou residência em uma cidade que recebeu massas populacionais de imigrantes, constituídas principalmente por falantes de línguas maternas que faziam amplo uso do sujeito nulo. Teriam sido 1,2 milhões de imigrantes que teriam desembarcado no porto de Santos de 1908 a 1936 – especialmente italianos, portugueses e espanhóis, sendo que boa parte desse contingente teria se fixado na capital paulista imediatamente ou após experiência no interior, trabalhando principalmente nas fazendas de café.

Cercados por tal volume de falantes que preferiam construir sentenças omitindo os sujeitos pronominais, como teriam se comportado os indivíduos das classes que detinham o poder econômico e social em São Paulo? Teriam seguido o movimento mais geral do PB de intensificação do uso do sujeito pleno ou teriam sido influenciados a manter a forma nula com elevados índices de produtividade?

Antes de mostrarmos os resultados que encontramos, explicitaremos aspectos de nossa metodologia e do arcabouço teórico que nortearam nosso trabalho.

---

<sup>1</sup> Estudo publicado pela primeira vez em 1993.

## Aspectos teóricos e metodológicos

Partimos do arcabouço teórico já consolidado nos quadros da pesquisa linguística brasileira, proposto por Tarallo e Kato (2007), que realizou o “casamento” do modelo laboviano com o gerativismo de Chomsky. Como se sabe, a questão do chamado “parâmetro do sujeito nulo” é ponto importante da pesquisa gerativista de uma maneira geral, mas foi a partir do uso da metodologia da sociolinguística laboviana que o fenômeno da intensificação do uso de plenos pode ser melhor descrito no âmbito do Português Brasileiro.

Buscando um arcabouço teórico que incluísse a História Social no modelo explicativo, agregamos a este escopo a teoria sociológica de Pierre Bourdieu. Muito crítico ao “estruturalismo” de Saussure, às propostas do modelo chomskyano e a toda perspectiva teórica com enfoque exclusivo nas “estruturas objetivas”, Bourdieu cunhou sua teoria também avesso às correntes de cunho “subjetivista”. Para o sociólogo, as ações dos indivíduos – incluindo aí as ações linguísticas – não são fruto exclusivo nem de estruturas autônomas (sociais, culturais, etc.), nem é o mero resultado da criação e produção de um indivíduo que é livre para agir e realizar suas escolhas de forma independente de qualquer determinismo social. Aposta na relação dialética entre o nível individual e o social, entre a interioridade e a exterioridade (BOURDIEU, 1994, p. 60). Assim, os indivíduos fazem suas escolhas sociais (e linguísticas) a partir do *habitus*, um dispositivo gerador de ações, construído historicamente, interiorizado já nos primeiros contatos sociais. Trata-se de

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas, que permitem resolver os problemas da mesma forma, e às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidos por esses resultados. (BOURDIEU, 1994, p. 65)

O *habitus* é o mecanismo pelo qual todos os atos (inclusive os linguísticos) passarão a ser julgados. Do ponto de vista do uso da língua, é o dispositivo que atuará para o julgamento de uma forma ou discurso linguístico como “correta” ou “legítima”. O processo de legitimação de determinados usos da língua está sujeito ao jogo concorrencial que se dá em um “mercado” ou “campo” linguísticos. Cada grupo social, a partir do *habitus* próprio a este associado, lança no “mercado linguístico” seus produtos (ou seja, seus discursos e formas linguísticas). O grupo social que possui mais “capital linguístico” consegue impor os seus produtos e dele auferir um maior lucro nas relações de troca, impondo o seu “poder simbólico”. É a partir disso, que os todos os grupos sociais passaram a tomar os produtos linguísticos deste grupo como “legítimo”, ou seja, como o parâmetro a partir do qual todas as outras formas linguísticas serão julgadas. Somente os produtos linguísticos tomados por “legítimos” terão *status* de formas prestigiadas, restando às que mais lhe opõem a situação de estigmatizadas.

Partindo desse arcabouço teórico, propusemos a realizar primeiro uma avaliação mais propriamente linguística a partir de *corpus* que pudessem nos mostrar a realização do sujeito pronominal por membros da elite paulistana no início do século XX. Escolhemos a família Mesquita, por constituírem família importante não somente no campo econômico – proprietários que se tornaram de *O Estado de São Paulo*, mas também pela importância que tinham do ponto de vista cultural – exatamente por dirigirem um dos

mais importantes veículos de imprensa do período. Dividimos este *corpora* em dois, mapeando duas gerações: a 1ª geração dos Mesquita, com 9 cartas produzidas por Júlio Mesquita ao amigo e político Washington Luís, e a 2ª geração da família, com 23 missivas trocadas entre Júlio de Mesquita Filho e sua esposa Marina Mesquita no final da décadas de 1920 e início 1930, em função em primeiro lugar da separação imposta pela ida do jornalista para o front da guerra da chamada “Revolução Constitucionalista” e de seu consequente exílio do país, após sua captura.

Esse uso foi comparado aos resultados que obtivemos do “dialeto caipira”, uma vez que, como a biografia dos Mesquita nos contou, estes, assim como quase toda a elite nacional paulistana do período, tinha origens no interior do Estado. Para tanto, constituímos *corpus* formado com textos de caráter ficcional produzidos por Valdomiro Silveiro, dada a ausência de melhor material para comparar caracterizar este dialeto – a camada caipira não era letrada, nem há registros orais de seus usos linguísticos para o período considerado nesta pesquisa – e à ambição “realista” deste autor de constituir uma prosa que imitasse a fala do interior de maneira fidedigna, evitando tratá-la de forma estilizada ou pela via da paródia.

Para melhor caracterizar o *habitus* da elite utilizaremos, além de pesquisas realizadas no campo da História Social de São Paulo, das análises dois artigos de Monteiro Lobato “Urupês” e “Velha Praga”, da crônica “Xenofobia”, de Jorge Americano, e o conto “Sociedade”, de Alcântara Machado. Todos esses autores são membros da elite e com sua análise buscamos as visões da elite sobre os imigrantes e os caipiras.

## O que os dados linguísticos nos contam

Os resultados que encontramos para a realização do sujeito pronominal pela elite paulistana – representada aqui pelos usos feitos pela família Mesquita – mostram que, nas primeiras décadas do século XX, esse grupo social ainda não fazia amplo uso do sujeito pleno. Como podemos ver na Tabela 1 abaixo, as duas gerações da família proprietária de *O Estado de S. Paulo*, privilegiava construções com a forma vazia. Entretanto, chama-nos atenção que a geração mais nova – a de Júlio Mesquita Filho e sua esposa – realiza um aumento da produtividade dos pronomes expressos, fazendo este uso em 30% das ocorrências contra 20% da 1ª geração.

**Tabela 1: Corpora Elite Paulistana – Distribuição de sujeitos vazios e expressos por geração**

Forma Pronominal	1ª Geração	2ª Geração
Vazio	61 (80%)	387 (70%)
Expresso	15 (20%)	168 (30%)

Apenas para exemplificar, a sentença (1) abaixo mostra uso de Júlio Mesquita (o pai), sempre com sujeito vazio; (2) e (3) são casos da geração mais novas.

- (1) Pessoalmente, cumpre-me declarar mais uma vez, depois de agradecer ao Sr. a delicadesa do convite, que me cv dirigiu, e a honra da missão, de que me cv encarregou - que por motivos por mim ao Sr. já expostos, não me é possível voltar á cadeira do Senado, que cv perdi, nada tendo perdido com isso nem República, nem o Estado. (WL 19801010)

- (2) O Ruy recebeu cartões do Caco, Lia e da Lucila, ficou radioso. Ele pede a você para trazer-lhe dos livros de Gedon. (MESQUITA FILHO, 2006, p. 59)
- (3) Mequinha seguiu dia 21. cv Foi tristíssima, por ter deixado as filhas. (MESQUITA FILHO, 2006, p. 59)

Estes dados podem ser contrastados ao que encontramos no *corpus* que representa o uso do dialeto caipira, consolidados na Tabela 2. Assim, os caipiras de Valdomiro Silveira já optam pela forma expressa na posição de sujeito em 61% das sentenças que analisamos, uma das quais apresentamos em (4).

**Tabela 2: *Corpus* Dialeto Caipira: Distribuição de Vazios e Expressos**

Forma Pronominal	Qtd.
Vazio	105 (39%)
Expresso	165 (61%)

- (4) Quando eu trouxe a Tuca p'ra morar comigo (você na certeza ainda se alembra), a mó que eu vinha trazendo uma riqueza: eu tava alegre por demais (SILVEIRA, 17/01/1906).

Desses resultados chegamos a duas conclusões importantes que contam sobre o *habitus* linguístico da elite. Em primeiro lugar, a despeito do enorme contato que possa ter tido com populações que faziam amplo uso do sujeito nulo, a elite paulistana do período leva a cabo os primeiros movimentos do PB, de uma maneira mais geral, para intensificar o uso da forma expressa. Ou seja, não se deixou influenciar pelo contato linguístico com imigrantes italianos, portugueses e espanhóis e, embora ainda preferissem a forma vazia, já dão mostras de que este quadro era passível de alteração.

A segunda constatação que chegamos é que o processo de intensificação da forma plena estava em estágio avançado nos usos das camadas populacionais ditas “caipiras”. Em São Paulo, pode-se dizer que o fenômeno atingiu primeiro esse grupo social para depois, ao longo do século XX, se expandir para outros estratos sociais.

Mas se essas duas constatações são pertinentes, chegaríamos então à conclusão de que a elite paulistana do início do século XX optou por um uso próprio do dialeto caipira e refutou o uso que provavelmente fazia a camada de imigrantes. Para esclarecer melhor este ponto, devemos passar a avaliar os dispositivos que constituíam o *habitus* da elite paulistana, de uma forma mais geral, o que certamente definia também o seu *habitus* linguístico.

### **Em busca do *habitus* e do *habitus* linguístico da elite**

A análise dos textos de Alcântara Machado e Jorge Americano nos permitiu constatar que o *habitus* da elite continha dispositivos que avaliavam negativamente os imigrantes, fossem eles pobres ou ricos. Em “Xenofobia”, encontramos na boca de um personagem a aversão ao imigrante estrangeiro, fato que deveria ser comum entre os membros da elite paulistana “nacional”, como notamos a seguir:

- Isto aqui está ficando um acampamento de aventureiros. Não há mais lugar para os paulistas dos velhos troncos. Você sai a rua e só ouve falar estrangeiro. (AMERICANO, 1962, p. 279)

Esse mesmo preconceito aparece em “Sociedade”. No conto, a esposa do Conselheiro Jose Bonifácio de Matos e Arruda, uma família da elite dos “velhos troncos paulistas”, anuncia, logo no início da narrativa, que sua filha não se casaria com filho de “carcamano” (ALCÂNTARA MACHADO, 1971, p. 25). Ela resiste em aceitar o matrimônio de sua filha com o filho da “nova elite” “estrangeira”, que enriquecida procurava reconhecimento social, e exige a aprovação e o apoio do marido. Mas a família acaba por aceitar em função de necessidades financeiras, depois de o conselheiro ter se tornado sócio do imigrante. O “carcamano” se converte em “capital”, conforme mostra ironicamente o narrador, o que podemos ver no trecho abaixo:

O capital acendeu o charuto. O conselheiro coçou os joelhos disfarçando a emoção. [...] O capital levantou-se. Deu dois passos. Parou. (ALCÂNTARA MACHADO, 1971, p. 27)

Este aspecto do *habitus* da elite, ou seja, a sua recusa de conceder ao imigrante um espaço social privilegiado é atestado também pela historiografia. Basta lembrar que

[...] até 1918, por exemplo, não era permitido o ingresso de certos imigrantes nos clubes sociais de maior prestígio, o Jockey, o Automóvel e o São Paulo, e ainda hoje [década de 1970] não se encontram muito amiúde nomes de imigrantes em suas diretorias. (DEAN, 1971, p. 85)

Por possuir um maior “capital social”, a elite manteve um uso que divergia do feito pelo imigrante, não se deixando influenciar pelo contato com esse grupo linguístico. Esse “capital social”, do ponto de vista linguístico, implicava um “capital linguístico” suficiente para impor os seus usos como “legítimos” – ainda que em determinado momento o seu “capital financeiro” houvesse diminuído ou reduzido.

Mas se o *habitus* da elite tem elementos para afastar – até quando pode – o imigrante, e isso explicaria por que o dialeto da elite se comportou de modo a não legitimar a forma de realização do sujeito própria dos idiomas de origem de tais estrangeiros, o que dizer sobre o seu comportamento em relação ao caipira? A avaliação de “Velha Praga” e “Urupês”, de Monteiro Lobato, nos dá mais evidência disso. Monteiro, intelectual e antigo proprietário de terra do Vale do Paraíba, mostra um profundo preconceito e recusa social em relação às camadas mais pobres do interior do Estado. Em “Velha Praga”, a destruição da Serra da Mantiqueira é colocada na conta dos caipiras, em uma visão elitizada dos fatos que nem sequer menciona a destruição das matas promovidas pelo avanço do café nas terras paulistas. Em “Urupês”, Lobato atribui ao caipira a característica de estar sempre alheio aos fatos históricos, diante dos quais, estaria “sempre de cócoras”, e que somente ajeitado sobre os seus calcanhares é que conseguiria “destravar” sua língua e sua inteligência. O caipira seria preguiçoso, o que explicaria, por exemplo, a rudeza da habitação em que mora, o que faria “[...] sorrir aos bichos que moram em tocas e gargalhar ao João-de-barro” (LOBATO, 1976, p. 148).

Mas se a depreciação dos produtos culturais e linguísticos advindos da camada caipira estava também previsto no *habitus* da elite, por que optou em aceitar fenômeno – a intensificação do sujeito pleno – tão amplamente desenvolvido no dialeto caipira? A resposta, nós encontramos na História. A cidade de São Paulo e sua elite, a despeito das transformações modernizadoras, não substituíram a velha São Paulo por uma nova, livre da camada caipira de uma hora para outra:



São carroceiros (essenciais para o transporte de algumas cargas na cidade), os carregadores, os ambulantes, os coletores de lixo, as lavadeiras, os trabalhos domésticos. Ou seja, são trabalhadores manuais sem qualquer qualificação e que sobrevivem nas franjas da economia urbano-industrial em expansão. (SAES, 2004, p. 234)

Além disso, é preciso lembrar que esse processo de modernização da economia, em grande medida, foi tributário de um negócio que não deixava que a cidade rompesse com o seu passado rural, embora também a sintonizasse com os mercados mundiais: a “economia cafeeira”. O café forneceu muito do capital e dos empreendedores imprescindíveis para o desenvolvimento das áreas industrial, comercial e bancária da cidade. Muitos membros da elite passavam parte do ano na capital, parte no campo para acompanhar as questões de produção agrícola e, finalmente, “mudavam-se” para a Europa. A cidade e sua elite se mantiveram sintonizada a um só tempo com a produção no campo e com as atividades econômicas tipicamente urbanas, relacionadas ou não à exportação de café. Apenas posteriormente, e muito lentamente, é que o café cederia seu lugar à indústria, com a intensificação do processo de industrialização, “libertando” a cidade de suas faces “rurais”.

Nesse contexto é preciso, então, perceber a origem “rural” da elite e os vínculos que mantinha com o campo. Esse aspecto explica por que pôde partilhar com a camada “caipira” de um de seus usos linguísticos. Não partilha de todos os usos do dialeto caipira, já que como vimos, prevê em seu *habitus* elementos para refutar os “produtos linguísticos” dessa variedade. Continuará, assim, estigmatizando, por exemplo, a concordância nominal e verbal encontrada na fala caipira. Para esses usos não aceitos, seu *habitus* linguístico continuará reservando o estigma e o preconceito. Mas para o sujeito pleno reservará espaço para sua legitimação.

## Conclusões

Este trabalho procurou analisar a realização do sujeito pela elite paulistana do início do século XX. Nossos resultados mostraram que o sujeito pleno ainda que não houvesse se transformado na opção preferida para a constituição de sentenças por esse grupo social, já mostrava sinais de intensificação. Esse comportamento mostra pontos de contato com o “dialeto caipira” – que pelos nossos dados já havia feito do sujeito expreso a forma mais comum – e diverge da gramática da maior parte dos imigrantes que se transferiram para São Paulo no início do século.

Buscamos explicação para o fato no *habitus* que refutava os imigrantes e que, apesar de também depreciar os grupos caipiras, compartilhava de aspectos do universo rural, por estarem ainda ligados ao campo em função da economia cafeeira. O seu *habitus* linguístico valida, então, o sujeito pleno, que pode iniciar o seu processo de intensificação, substituindo a forma vazia em grande parte dos contextos sentenciais.

Nossa pesquisa, por fim, procurou colaborar para a definição de um arcabouço teórico-metodológico adequado ao tratamento de temas na área de História Social da Língua. A solução que oferecemos optou pela conciliação da teoria sociológica de Pierre Bourdieu ao escopo teórico que herdamos, ou seja, a sociolinguística paramétrica. Essa inclusão se deu para que pudéssemos considerar na totalidade as questões sócio-históricas em nosso modelo interpretativo. Não quisemos com isso desconsiderar ou desqualificar os pilares teóricos que tantos frutos trouxeram para a pesquisa linguística brasileira, filiados

à proposta de Tarallo e Kato (2007), mas adequarmo-nos aos nossos objetivos de realizar pesquisa na área de História Social da Língua.

## REFERÊNCIAS

### Fontes Metodológicas

Correspondência entre Júlio de Mesquita e Washington Luís:

Instituição: Arquivo do Estado de S. Paulo

Coleção: Arquivo Privado Washington Luís

Referência do documento: 19801005 S. Paulo, 28-01-1907

Referência do documento: 19801012 S. Paulo 28-11-1907

Referência do documento: 19801013 S. Paulo, 12-12-1907

Referência do documento: 19801002 S. Paulo, 25-3- 1911

Referência do documento: 19801010 S. Paulo, 30 -03-1922

Referência do documento: 19801008 S. Paulo, 07-10- 1922

Referência do documento: 19801007 S. Paulo - 26-12-1922

Referência do documento: 19801006 Rio de Janeiro, 07-10-1923

Referência do documento: 19801004 Rio de Janeiro, 15-11-1923

MESQUITA FILHO, Júlio; MESQUITA, Marina. *Cartas do exílio*. São Paulo: Terceiro Nome, 2006.

SILVEIRA, Valdomiro. As frutas. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 1, 08/01/1906.

\_\_\_\_\_. Mau Costume. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, p. 1, 17/01/1906.

\_\_\_\_\_. Tal e qual. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, p. 1, 25/01/1906.

\_\_\_\_\_. Eu, no Sertão. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, p. 1, 28/06/1906.

\_\_\_\_\_. Trama. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, p. 1, 31/07/1906.

\_\_\_\_\_. A avinha má. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, p. 1, 10/08/1906.

\_\_\_\_\_. A Pantomima. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, p. 1, 25/08/1906.

\_\_\_\_\_. No sertão. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, p. 1, 12/09/1906.

\_\_\_\_\_. Enredos. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, p. 1, 26/10/1906.

### Fontes bibliográficas

ALCÂNTARA MACHADO, Antonio de. Sociedade. *Novelas paulistanas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.



- AMERICANO, Jorge. *São Paulo nesse tempo (1915-1935)* São Paulo: Melhoramentos, 1962.
- BOURDIEU, Pierre. Economia das Trocas Lingüísticas. In: ORTIZ, Renato (Org.) *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1994. v. 39.
- CHOMSKY, Noam. *Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Difel Editorial, 1971.
- DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: KATO, Mary Aizawa; ROBERTS, Ian (Org.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- SAES, Flávio. São Paulo republicana: vida econômica. In: PORTA, Paula (Org.). *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. v. 3. p. 215 - 245.
- TARALLO, Fernando. The filling of the gap: pro-drop rules in brazilian portuguese. In: KING, Larry; MALEY, Catherine. A. (Ed.) *Selected papers from the XIIIth linguistic symposium on romance languages*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1985. p. 355-375.
- TARALLO, Fernando; KATO, Mary Aizawa. Harmonia trans-sistêmica: variação intra- e inter-lingüística. *Diadorim: Revista de Estudos Linguísticos e Literários*, Rio de Janeiro, UFRJ, n, 2. p. 13-42, 2007.